

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.539.2016-30

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes aos três primeiros bimestres de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 825/2016

1ª CÂMARA

EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 5º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que intempestivamente, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **a) DETERMINAR ao SR. PREFEITO MUNICIPAL DE JORDÃO** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 11 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Presidente da 1ª Câmara, para o feito

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO
Relatora

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.539.2016-30

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes aos três primeiros bimestres de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016¹, cujo prazo, no tocante às remessas relativas aos três primeiros bimestres de 2016, era até o dia 30 de julho do ano em curso, nos termos do artigo 5º da mencionada Resolução².

2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, se manifestou pela citação do Responsável, tendo em vista o descumprimento dos artigos 1º e 5º, da mencionada Resolução³.

3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do Responsável, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 457, divulgado no dia 23-08-2016, tendo sido apresentada defesa no intuito de afastar a falha apontada.

¹ Dispõe sobre o envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamentos e ao controle de atos de pessoal, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas, e dá outras providências. A mencionada Resolução foi publicada no dia 12-05-2016.

² Art. 5º As remessas de dados referentes aos três primeiros bimestres de 2016 deverão, excepcionalmente, ser encaminhadas até o dia trinta de julho daquele ano.

³ Art. 1º Definir que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, deverão enviar e manter a disposição deste Tribunal de Contas, por meio informatizado, a folha de pagamento e todos os dados e informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal.

Parágrafo único. Não são objetos da presente Resolução os descontos de natureza pessoal registrados em folha de pagamento.

Processo TCE n.º 22.539.2016-30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

4. A DAFO elaborou Relatório Conclusivo de Análise Técnica, no qual sugeriu a aplicação da multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.
5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador, Dr. João Izidro de Melo Neto, pronunciou-se pelo arquivamento do feito, por se tratar “da primeira ocorrência da espécie, e considerando que aludido sistema ainda sofre ajustes”.
6. É o brevíssimo Relatório.
7. Rio Branco, 11 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.539.2016-30

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes aos três primeiros bimestres de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016.
2. O prazo previsto no artigo 5º da mencionada Resolução era 1º de agosto do ano em curso (primeiro dia útil após o dia 30-07-2016), tendo o Gestor apresentado as informações exigidas apenas em 24 de agosto.
3. No presente caso, embora claro o descumprimento à norma emanada desta Corte de Contas, especificamente quanto ao prazo de envio, verifica-se que os dados solicitados foram encaminhados em meio informatizado, sendo possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista, uma vez que se trata de norma recente e os ajustes necessários a sua observância parecem estar sendo adotados pelo Responsável, não descuidando esta Corte, contudo, no acompanhamento do cumprimento ou não da Resolução-TCE n. 102/2016, nos bimestres seguintes e que poderá ser avaliado por ocasião da análise das prestações de contas.
4. Isso posto, **VOTO** pela:

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

a) DETERMINAÇÃO ao **PREFEITO MUNICIPAL DE JORDÃO** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma;

b) REMESSA de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento;

c) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como VOTO.

6. Rio Branco, 11 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.539.2016-30

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes aos três primeiros bimestres de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado pela 1ª Câmara desta Egrégia Corte na 44ª Sessão Ordinária realizada no dia 11 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antônio Jorge Malheiro**, **Ronald Polanco Ribeiro** e **Dulcinéia Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **João Izidro de Melo Neto**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 44)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora